



SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MG

PROJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2021

Prezado Sr. Pregoeiro,

A METDATA tem como missão tornar as informações mais disponíveis, eficientes e humanizadas através da tecnologia.

Com base no que foi levantado e analisado no referido edital PE nº 116/2021, a **Metdata Tecnologia da Informação Eirelli, CNPJ nº 28.584.157/0003-92**, neste ato representada por representante legal, vem, mui humilde e respeitosamente, oferecer a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em tela, **MOTIVADAMENTE** ao DIRECIONAMENTO com lastro na Constituição Federal de 1988, Lei nº 8666/93 e Decreto nº 5450/2005, na forma estabelecida no edital, o que faz da seguinte forma:

I. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Conforme determinou o item 17.1 do edital convocatório, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital:

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme preceitua o Artigo 24 do Decreto Federal 10.024/2019.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Logo, a Impugnante não só é parte legítima para o ato, como também o pratica tempestivamente.

De toda sorte, é poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício, aqueles atos administrativos que afrontem a legislação pátria, eis que a existência de ilegalidades nestes atos, caso não sejam sanadas em tempo hábil, fatalmente ensejarão no fracasso do certame licitatório, seja por macular todas suas fases sucessivas, seja por eivar o próprio contrato dela decorrente de nulidade, causando enormes prejuízos à Administração Pública, o que não é admissível. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua Comissão para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

II. **PREÂMBULO – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

A bem da verdade, como empresa atuante no setor de licitações, com atuação especializada no fornecimento de equipamentos e soluções da área de Tecnologia da Informação, não pode permitir que órgãos públicos cometam verdadeiras atrocidades nos processos licitatórios aos quais estão submetidos.

Sendo assim, o Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem por meio desta oferecer a presente impugnação ao passo que no presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, inviabilizando à Administração que analise uma oferta vantajosa em sua técnica e preço, **impossibilitando até mesmo que empresas mais capacitadas para esta contratação possam ser selecionadas.**

Com efeito, o exame acurado do edital **revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório**, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um único fabricante, em um **verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO no objeto licitado, através da falta de isonomia**, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

Nesse sentido, impende salientar à queima-roupa que **as matérias-objeto da presente impugnação são questões pacificadas no âmbito deste próprio Tribunal de Contas da União**, cabendo lembrar que segundo a Súmula STF nº 347, 'o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público' – podendo, assim,

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



declarar a nulidade de qualquer ato e procedimento adotado em uma licitação que esteja em dissonância com seus preceitos, com a lei e, em especial com o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto diuturnamente tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, in verbis:

“(...) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta mil reais).” **(Decisão 819/2000 – Plenário)**

“Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% **(RI-TCU, art. 220, inc. III).**”**(ACÓRDÃO Nº 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00- P)**”

Quanto à ação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no caso de possível direcionamento, colacionamos decisão nº 153/98, in verbis:

“O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 3. Considerando os indícios descritos de direcionamento da aludida licitação; e que tal procedimento licitatório não se conformaria à atual política de contenção de gastos impostos à Administração Pública, solicita que este Tribunal se digne a:

a) liminarmente, determinar ao Ministério da Justiça a suspensão do mencionado procedimento licitatório, uma vez que a matéria indica a abertura de propostas para o dia 11 do mês corrente;

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



b) determinar, com fulcro no art. 41, inciso II, também da Lei n° 8.443/92, a realização de inspeção no Ministério da Justiça, com vistas ao cumprimento dos misteres supra- assinalados e, se for o caso, identificar os responsáveis pelos atos eventualmente irregulares.

5. Em resposta à diligência desta Secretaria, por meio do ofício n° 68/SE/MJ, de 03/02/98 (fls. 12), o MJ prestou as seguintes informações:

a) os atos referentes ao processo licitatório da Tomada de Preços n° 12/97 foram suspensos por intermédio da Portaria do Gabinete do Ministro/MJ n° 1.215, de 02/12/97 (fls.14);

b) a mesma Portaria desconstituiu a Comissão Permanente de Licitação, dispensando os seus membros;

c) Comissão de Avaliação, constituída mediante Portaria do Gabinete do Ministro/MJ, de 18/12/97, (fls. 16) para analisar a matéria, concluiu pela existência de irregularidades na licitação que comprometeriam todo o procedimento até então praticado, ante a inobservância do disposto no art. 3°, inciso I, da Lei 8.666/93 (fls.22)”

Inclusive, não é demais lembrar que a própria Lei n.º 8.666/93 está carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de eventuais responsáveis da disputa por: a) **imposição de restrições indevidas à ampla concorrência**; b) **elaboração imprecisa de editais** e c) **inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento licitatório**.

Dando respaldo a esse poder de cautela, o art. 82 ordena que, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, "**sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal**".

Acrescente-se, por adequado, que restrições indevidas e preferências injustificáveis podem ser **enquadradas criminalmente no artigo 90 do Estatuto Licitatório (frustrar mediante qualquer expediente, o caráter competitivo da licitação. Pena de 2 a 4 anos, além de multa)**.

Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores do direito, e **PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS**, pois constituem proteção ao sagrado interesse público maior

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100

– razão esta suficiente a proclamar a retificação do edital no tocante às exigências que extrapolam os comandos legais, como será demonstrado a seguir:

III. PONTOS RESTRITIVOS



SCANNER AD345

O scanner AD345 é um scanner duplex rápido com velocidade de 60 páginas por minuto, digitaliza cartões de identificação em plástico, cartões de visita, documentos ou outros cartões rígidos. Inclui com o processador de imagem desenvolvido pela Avison, a imagem digitalizada pode ser automaticamente cortada, alinhada e otimizada com maior velocidade.

Principais Características

- ✓ A4
- ✓ ADF: 100 folhas
- ✓ Cartões Rígidos
- ✓ Duplex
- ✓ Páginas Longas
- ✓ Sensor Ultrasônico
- ✓ Velocidade: 60 ppm / 120 ipm

[DOWNLOAD CATÁLOGO](#)

[COMPARAR](#)

Especificação Geral

Tecnologia	Contact Image Sensor (CIS)
Fonte de Luz	LED
Modo de Alimentação	ADF
Resolução Ótica (dpi)	600 dpi
Resolução de Saída (dpi)	72 ~ 1200 dpi
Formatos de Arquivo	BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTE, TXT, OCR(for iScan only), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML
Halftone Patterns	Dither and Error Diffusion
Modo Tons de Cinza	16-bit input 8-bit output
Modo Colorido	48-bit input 24-bit output
Memória	256MB SDRAM

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Memória	256MB SDRAM
Dimensões (LxPxA)	316 x 680 x 239 mm
Peso	4,7 kg
Interface	USB 3.1 Gen1
Fonte de Alimentação	Input: 100~240 VCA, 50/60 Hz Output: 24 V, 2 A
Consumo de Energia	Operando: <33 W Pronto: <7,5 W Standby: <2 W Desligado: <0,3 W
Ruído Acústico	Standby: <45 dB Operando: <55 dB
Ciclo Diário Recomendado	10.000 folhas
Sistemas Operacionais	Windows® Server, XP, Vista, 7, 8.X, 10 (32 & 64 bit), Linux*, MAC*
Softwares Inclusos	Twain Driver, ISIS Driver, WIA Driver, AVScan, Button Manager, PaperPort SE 14

1º PONTO RESTRITIVO – SCANNER

Memória 128MB

Após análise do edital observamos a exigência de memória 128MB. Entretanto após vasta pesquisa no mercado em sites de fabricantes de scanners quase nenhum equipamento atenderia a não ser os modelos da fabricante AVISION. Considerando assim um direcionamento do certame, ferindo os princípios constitucionais de isonomia e competitividade. Dessa forma entendemos que esse ponto será desconsiderado.

2º PONTO RESTRITIVO – SCANNER

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Formatos de Arquivo BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTF, TXT, OCR(for iScanonly), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML.

Após a análise do edital, verificamos a exigência acima dos formatos de BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTF, TXT, OCR (for iScanonly), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML. Porém, esses são formatos de arquivo praticamente não utilizados pelos órgãos, sendo utilizados apenas em processos específicos. Geralmente, os formatos de arquivos mais solicitados e utilizados são PNG, TIFF, JPEG, BMP, RTF, PDF, PDF pesquisável, Doc, XLS. Dessa forma, com o intuito de ampliar a disputa entendemos que o formato de arquivo TIFF, TXT, XPS, PPT, XLSX e PPTX serão desconsiderado por esse órgão.

3º PONTO RESTRITIVO – SCANNER

Dimensão máx./mín. do documento 216 mm x 863 mm (8,5 x 34 pol) / 50 mm x 50 mm (2 pol x 2 pol) Modo de documento grande: 216 mm x 4.064 mm (8,5 pol x 160 pol)

Após a análise do edital publicado no site www.comprasgovernamentais.gov.br, verificamos a exigência acima do tamanho mínimo e máximo dos documentos. Porém, ao observamos a especificação, notamos que está idêntica aos equipamentos da AVISION, sendo assim, com o intuito de ampliar a competitividade do processo, entendemos que se ofertarmos um equipamento que possua o tamanho mínimo dos documentos de 52 x 52, por ser uma diferença bem pequena, estaremos atendendo a necessidade deste órgão.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



4º PONTO RESTRITIVO – SCANNER

Ciclo Diário Recomendado Até 8.000 folhas

Da simples análise da descrição dos itens do Edital, percebe-se a exigência acima de ciclo diário de 8.000 páginas. Porém, conforme informado anteriormente, o modelo de referência AD345 da AVISION, está caracterizando direcionamento ao processo do certame. Cabe mencionar que pelo que podemos verificar nos sites dos principais fabricantes de scanners, possuem scanners com ciclo diário de 7.000 folhas e, estão condizentes com o valor utilizado para referência do item.

Dessa forma, com o intuito de ampliar a disputa e adquirir scanners que estejam em linha e dentro do valor orçado, entendemos que serão aceitos scanners com ciclo diário de 7.000 folhas.

5º PONTO RESTRITIVO – SCANNER

Sistema operacional o WINDOWS VISTA SP1 (32 e 64 bits) o WINDOWS 7 SP1 (32 e 64 bits) o WINDOWS 8 (32 e 64 bits) o WINDOWS 8.1 (32 e 64 bits) o WINDOWS 10 (32 e 64 bits) (e ou superior) o WINDOWS Server 2008 x64 Editions o WINDOWS Server 2012 R2 x64 Editions

Após a análise do edital, verificamos a exigência acima das compatibilidades com os sistemas operacionais negritados e sublinhados. Porém, cabe mencionar que ambos os sistemas VISTA foram descontinuados pela Microsoft e, portanto, sem suporte de atualização.

WINDOWS VISTA- Descontinuado desde 11/04/2017

Link para comprovação: <https://support.microsoft.com/pt-br/help/22882/windows-vista-end-of-support>

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



IV. DOS MOTIVOS AO REFAZIMENTO DO EDITAL

O exame acurado do edital revela que, não obstante o órgão licitante não faça referência ou apresente um rol de justificativas quanto à especificação técnica para impor um direcionamento a marca e fornecedor, o mesmo sequer se incumbiu de comprovar a necessidade de tal direcionamento.

Isto posto, a aquisição de equipamentos desta Prefeitura não justifica o direcionamento a marca, e mesmo que fosse necessário, deveria ser muito bem justificado, o que se encontra ausente no referido processo licitatório.

Mesmo que se queira argumentar que “*não está direcionado*” pelo fato de trazer uma especificação técnica que não exige determinada marca ou modelo do produto, incorre em grave falta quanto princípio da isonomia, princípio basilar no ordenamento jurídico que rege os processos administrativos e licitatórios. Portanto, deve-se considerar que o processo esteja direcionado, pois, ferindo a isonomia e a impessoalidade, o mesmo direciona o certame.

Ao se fazer a análise da descrição técnica e analisá-la comparativamente à oferta de produtos do mercado, observa-se que somente um equipamento atende completamente às exigências técnicas do Edital.

Por mais que o Edital não faça referência a uma marca específica, o conjunto de descritivos técnicos leva a uma oferta exclusiva de uma única marca, com a exclusão dos demais concorrentes do certame.

Com efeito, revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, **limitando o leque da licitação para apenas um único fabricante, caracterizando um verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO do objeto licitado**, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

Considerando que o procedimento licitatório em voga é organizado em lote único, restou aferido a existência de graves indícios, que apontam nítido favorecimento em seu descritivo.

Deste modo, durante o procedimento licitatório, o princípio da moralidade está inserido, pois dentre os objetivos deste procedimento, estão determinados critérios e regras para realização do certame, de modo a evitar que o administrador público

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



se aproprie de forma indevida de bens da Administração para favorecer a si ou a terceiros. O Ato administrativo que não for pautado pela moralidade será tido como ilegítimo.

No processo em questão, são exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, e conseqüentemente limita a participação no certame de apenas um fabricante que atenda as minuciosas especificações técnicas dos produtos.

Verifica-se que o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que somente prejudica completamente o caráter da ampla competição.

Importante ressaltar que, da leitura do Edital, o corpo técnico desta empresa analisou o processo em referência e posicionou que:

“APENAS UM FABRICANTE POSSUI O CONJUNTO DE ESPECIFICAÇÕES INCLUINDO TAMANHO DE COUMENTO/ MEMORIA FLASH/CONSUMO DE ENERGIA/ E REDE WIRELESS

CONCLUSÃO:

NÃO É POSSÍVEL PARTICIPAR DESTE PROCESSO OFERECENDO SCANNERS KODAK, AVISION OU FUJITSU.

A ESPECIFICAÇÃO DESTE EDITAL ESTÁ DIRECIONADA PARA O MODELO AD345 MARCA AVISION SOMENTE ESTA MARCA ATENDE.”

<https://www.avision.com.br/scanners-de-documentos/scanner-avision-ad345>

Por outro lado, esta empresa atua com produtos similares, de marca líder mundial de mercado, de qualidade até superior à especificação exigida, que atendem todas as normas e padrões de qualidade.

Portanto, excluir a impugnante viola a todos os princípios constitucionais que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), razoabilidade, finalidade e, em especial, moralidade.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União também se posicionou que a especificação técnica dos equipamentos licitados não podem afastar a competitividade e isonomia, favorecendo a ampla disputa.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Verifica-se então que o certame em referência, embora eivado de vício, poderia ser sanado, utilizando-se critérios razoáveis no que tange à especificação do produto, favorecendo a competitividade e o interesse público, na medida em que os preços devem ao se ampliar a disputa entre concorrentes.

Ora, por óbvio, que a especificação dos produtos que carregam para um único fabricante implicará no ilegal vício de macular a competitividade do certame.

AFINAL, A QUEM INTERESSA DIRECIONAR O PROCESSO A UMA ÚNICA MARCA (AVISION)? CERTAMENTE QUE NÃO INTERESSA A ESTA LICITANTE, TAMPOUCO É DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Visando evitar esta prática condenável e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a revisão da especificação técnica dos scanners.

V. DO DESCUMPRIMENTO LEGAL

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:

Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste sentido, em consonância ao princípio da Soberania Constitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 veda de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara e o inciso I, do art. 3º, assim determina:

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia** e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções** em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente contrário ao direcionamento e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 7º... §5º **É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. **(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)**

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio.

DOS PEDIDOS

Pelos ditames normativo-princípio lógicos supracitados, requer-se:

- a) O acolhimento da presente Impugnação,
- b) Alteração das especificações dos produtos para conferir o caráter competitivo do certame para fins de participação da impugnante, na medida em que invariavelmente apenas um fabricante tem a possibilidade de oferecer tais produtos;
- c) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Cariacica, 01 de Dezembro de 2021

Representante Legal
METDATA Tecnologia da Informação
CNPJ: 28.584.157/0003-92

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100